



**Mulher é presa em Juiz de Fora por golpes utilizando comprovantes falsos**

Na manhã desta quarta-feira (14/5), a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) deflagrou, em Juiz de Fora, na Zona da Mata, a operação Game Over, com foco na repressão ao crime de estelionato cometido por meio de plataformas digitais de compra e venda de produtos. Na oportunidade, uma mulher de 27 anos foi presa em flagrante.

A investigada é apontada como responsável por uma série de fraudes envolvendo a simulação de negociações de produtos eletrônicos, como videogames, notebooks e computadores, por meio de sites e redes sociais.

Há indícios de que os golpes tenham sido aplicados em diversos bairros de Juiz de Fora, cidades da região e até mesmo em outros estados.

#### Alvo policial

Durante o cumprimento do mandado de busca e apreensão, os policiais localizaram no apartamento da investigada, no bairro Santa Terezinha, diversos equipamentos eletrônicos de procedência suspeita, incluindo fones de ouvido, HDs externos, periféricos gamers e computadores. Um dos objetos foi reconhecido como pertencente a uma das vítimas, alvo da suspeita no dia anterior à ação policial.

A investigada foi presa em flagrante pelos crimes de organização criminosa, lavagem de capitais e receptação e também será indiciada por estelionato em série, com base nas provas reunidas. Até o momento, duas vítimas foram formalmente identificadas, mas a PCMG acredita que o número seja ainda maior.

#### Golpe

Conforme apurado pela equipe da 7ª Delegacia de Polícia Civil em Juiz de Fora, o golpe consistia no envio de comprovantes falsos de pagamento via Pix, e emails falsos de plataformas confirmando as transações, o que levava as vítimas a entregarem os bens, acreditando terem recebido os valores. Em seguida, a suspeita bloqueava o contato das vítimas no aplicativo de mensagens.

O delegado responsável pelo caso, Samuel Neri da Silva, explicou que para evitar a identificação, a suspeita utilizava a foto de outra pessoa no perfil e não comparecia pessoalmente para buscar os produtos. "Ela contratava motoboys por aplicativo e combinava a entrega dos itens em vias próximas a sua residência, dificultando a localização do endereço exato", contou o policial.

As investigações indicaram ainda que a suspeita mantinha uma rotina de ostentação nas redes sociais, com viagens e passeios, demonstrando um padrão de vida incompatível com ocupação lícita conhecida.

#### Próximos passos

A PCMG segue com as investigações visando identificar os proprietários dos itens apreendidos, bem como possíveis receptadores. Todos os envolvidos serão intimados para prestar esclarecimentos. Caso fique constatado que agiram com dolo ou negligência, poderão responder pelo crime de receptação (art. 180 do Código Penal). Mesmo nos casos em que não houver responsabilização penal, os bens poderão ser restituídos às vítimas legítimas.

O delegado Samuel Neri da Silva orienta que pessoas que tenham sido vítimas da investigada, ou de golpes similares, procurem a Polícia Civil para o devido registro da ocorrência. As informações repassadas podem auxiliar no avanço das investigações e na responsabilização da investigada por novos crimes eventualmente identificados.